



**ACÓRDÃO Nº551/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11463/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – FUNESBOM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Mauro Marcelo Lima Freire (Ordenador de Despesa), Fernando Paiva Pires Junior (Ordenador de Despesa), Fernando Sergio Austregésilo Luz (Ordenador de Despesa), Carlos Alberto Freitas Tupinambá (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2105/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – FUNESBOM. Exercício de 2017.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Regularidade. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** os Srs. **Mauro Marcelo Lima Freire e Fernando Paiva Pires Júnior**, nos termos do Art. 20, §4º, da Lei nº. 2.423/96-LOTCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Mauro Marcelo Lima Freire**, responsável pelo **Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - FUNESBOM**, Ordenador de Despesa no período de 04/10/2017 a 31/12/2017, conforme dispõe o Art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades<sup>1</sup> e 3.1 não sanadas;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. **Mauro Marcelo Lima Freire**, Ordenador de Despesas do **Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-FUNESBOM**, no período de 04/10/2017 a



**ACÓRDÃO Nº551/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

31/12/2017, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do Art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c Art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório/Voto quanto à permanência das impropriedades 1 e 3.1, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Fernando Paiva Pires Junior**, responsável pelo **Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-FUNESBOM**, Ordenador de Despesa no período de 23/02/2017 a 25/07/2017, nos termos do Art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades 1, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 não sanadas;

**10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Fernando Paiva Pires Junior**, Ordenador de Despesas do Fundo **Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-FUNESBOM**, no período de 23/02/2017 a 25/07/2017, no valor de **R\$15.000,00**, (quinze mil reais), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório-Voto quanto à permanência das impropriedades 1, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do



**ACÓRDÃO Nº551/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

título executivo.

**10.6. Julgar regular** a Prestação de Contas dos Srs. **Fernando Sergio Austregésilo Luz** e **Carlos Alberto Freitas Tupinambá**, Ordenadores de Despesas do **Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-FUNESBOM**, no período de 01/01/2017 a 22/02/2017 e 26/07/2017 a 03/10/2017, respectivamente, nos termos do Art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c o art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

**10.7. Notificar** os Srs. **Mauro Marcelo Lima Freire**, **Fernando Paiva Pires Júnior**, **Carlos Alberto Freitas Tupinambá** e **Fernando Sérgio Austregésilo Luz**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Junho de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral